

A RESISTÊNCIA DAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA RHEINGANTZ AOS MÉTODOS PUNITIVOS: TRANSGRESSÕES NO AMBIENTE FABRIL (RIO GRANDE – RS, 1920-1968)

THE RESISTANCE OF RHEINGANTZ FACTORY WORKERS TO PUNITIVE METHODS: TRANSGRESSIONS IN THE INDUSTRY WORKPLACE (RIO GRANDE – RS, 1920-1968)

CAROLINE DUARTE MATOSO *
LUANA SCHUBERT LEDERMANN **1

Resumo: Examinaremos os deslocamentos sobre a construção de feminilidade entre os anos de 1920 e 1968 e como esse fenômeno se apresentou nas vivências das(os) operárias(os) da Fábrica Rheingantz, localizada na cidade de Rio Grande (RS). A urbanização, a industrialização e o trabalho feminino fabril modificaram os arranjos familiares preestabelecidos anteriormente, abrindo brechas para uma ruptura e uma crise na ordem constituída. Na Fábrica Rheingantz, analisa-se a presença da simbologia do feminino que foi traçada e modificada em fins do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, observa-se a valorização da constituição da família nuclear, fechada em si, a partir de políticas sociais de incentivo ao casamento e do código de moralidade que os residentes da vila operária Rheingantz deveriam seguir. As multas e punições aos corpos do operariado constituíam-se em formas de moldar os comportamentos da mão de obra da empresa Rheingantz, visando a maior extração de lucro. As entrevistas orais e os cadernos de multas do setor administrativo da Fábrica nos possibilitam compreender que esse processo não aconteceu sem conflitos. As mulheres resistiram à eliminação de comportamentos vistos como indesejados pelos proprietários da Fábrica Rheingantz.

Palavras-chave: Fábrica Rheingantz, feminilidade, mundos do trabalho.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas. (E-mail: historiamatoso@gmail.com)

** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas. (E-mail: luana.ledermann@gmail.com)

¹ Artigo recebido em 28 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 10 de janeiro de 2020.

Abstract: This work will study the understanding of what was feminine in the city of Rio Grande (RS) from 1920 until 1968 and the way that phenomenon presented itself on the experiences of the Rheingantz Factory's workers. The urbanization, industrialization and female factory labor modified the family arrangements established until this period, allowing a rupture and the crisis in the constituted order. The presence of a feminine symbology in the Rheingantz Factory is analyzed, considering its constitution and modifications from the end of the 19th century through the beginnings of the 20th. That symbology valued the nuclear family, closed in on itself, through social politics which encouraged marriage and a morality code that should be followed by the residents of the Factory's company town. The fines and punishments to the workers' bodies were means to mold their behavior, seeking bigger profits. The oral interviews and fine books from the Factory's administration allow us to understand that that process didn't happen without conflict. The women resisted the elimination of behaviors seen as undesirable by the Rheingantz Factory's owners.

Keywords: Rheingantz Factory, femininity, worlds of labor.

Introdução

Em 1873, instalou-se, no município de Rio Grande, a primeira indústria têxtil do Estado do Rio Grande do Sul, sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz e Vater. De grande porte e expressivo capital financeiro investido, em 1879, a empresa empregou 900 funcionários e 100 costureiras que trabalhavam em suas residências². Os proprietários dessa fábrica, Carlos Guilherme Rheingantz, Miguel Tito de Sá e Hermann Vater, ao observarem as mudanças que estavam acontecendo na Alemanha e Inglaterra, decidiram importar da Europa para o Brasil a indústria têxtil, iniciando o processo de industrialização e urbanização do município de Rio Grande.

A industrialização do Rio Grande do Sul se desenvolveu a partir da formação de dois polos distintos, que não estabeleceram relações comerciais entre si: polo Rio Grande-Pelotas e o polo Porto Alegre. A formação desses dois polos teve como influência as diferenciações na formação histórico-social da região sul e região norte do estado. No século XVIII, Pelotas se sobressaiu como a principal unidade de produção da indústria do charque que crescia no sul do Brasil, enquanto Rio Grande foi o principal polo de exportação dessa mercadoria a outras regiões do país. Com o desenvolvimento das charqueadas e o enriquecimento dos

² LONER, Beatriz Ana. **Classe operária:** mobilização e organização em Pelotas (1888-1937). 1999. 340f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, vol. 2.

charqueadores consolidaram-se unidades produtivas baseadas no latifúndio, monocultura e na mão de obra escravizada na região sul do estado³.

O crescimento econômico propiciado pelo desenvolvimento das charqueadas deu base à industrialização da região sul do Rio Grande do Sul, que iniciou, em 1873, com o estabelecimento da Fábrica Rheingantz em Rio Grande. Indústrias de grande porte e expressivo capital financeiro nacional e internacional se estabeleceram no município de Rio Grande na segunda metade do século XIX e início do século XX, concentrando-se na região fábricas de pouca diversidade de ramos produtivos, principalmente de produtos de bens não duráveis, como: vestuário, tecelagem produtos de gênero alimentício e charutos. Posteriormente a fundação da fábrica Rheingantz, outras importantes empresas se instalaram em Rio Grande, entre elas: Leal, Santos & Companhia, empresa de conservas alimentícias; Fábrica Pook & Cia, de charutos, sendo sua matéria-prima oriunda de Cuba; e a Companhia de Fiação e Tecelagem, fundada em 1906⁴.

O escoamento das mercadorias produzidas pelo polo Pelotas-Rio Grande se concentrava em direção à região central do país e em direção ao exterior, principalmente à Europa. Distintamente, Porto Alegre formou-se de indústrias de pequeno e médio porte, possuindo um variado ramo de produção. A comercialização dos produtos da região norte do estado ocorreu, primeiramente, no mercado interno, para só, posteriormente, escoar a produção para a região central do país e para o exterior. Esses fatores possibilitarão que a capital do estado sofra com menor intensidade a acentuação da disputa industrial com a região central do Brasil, nas primeiras décadas da Primeira República, em relação a Pelotas e Rio Grande.

Em 1907, a Fábrica Rheingantz se encontrava entre as 100 maiores indústrias do país, possuindo capital de 5000 conto de réis, 1.008 trabalhadoras(es) e valor de produção de 1710 conto de réis⁵. A partir de 1884, foram realizadas construções habitacionais para as(os) operárias(os) da empresa, dada a carência de transporte municipal até a fábrica, formando assim

³LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora e gráfica universitária UFPel, 2001.

⁴PIMENTA, Margareth Afeche; MARTINS, Solismar Fraga. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: o caso do município do rio grande (1874-1970). **Estudos Urbanos e Regionais**, [online], n. 1, v. 6, 2004, pp. 85-100. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/810>. Acesso em: 26 dez. 2019.

⁵BRITTO, Natalia Soares de Sá. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)**. 2011. 108f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humana e da Informação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2011.

a vila operária Rheingantz⁶. O conjunto habitacional dos funcionários, localizado ao lado das instalações fabris, aproximava e estendia a disciplina laboral para a totalidade da vida das(os) trabalhadoras(es) e seus familiares. A fábrica Rheingantz oferecia para seus funcionários uma série de benefícios sociais, por meio de a Sociedade de Mutualidade e do Fundo de Auxílios Carlos G. Rheingantz. Esses benefícios eram auxílio médico e pecuniário, amparo aos filhos menores em casos de perda do pai, ajuda financeira em casos de viuvez, de acidentes no trabalho e de casamento das operárias (desde que fosse formalmente consentido pelos pais)⁷.

Acompanhando um movimento internacional de empresas têxteis, a Fábrica Rheingantz teve, em todo o seu período de funcionamento, a maioria mão de obra composta por mulheres. As fontes documentais e orais analisadas apontam as particularidades nas experiências das trabalhadoras no meio fabril. Entendemos que a análise das relações de gênero na Fábrica Rheingantz pode contribuir para uma melhor compreensão das formas de dominação, opressão e autonomia que os diferentes sujeitos históricos vivenciam no mundo do trabalho. Assim, discorreremos sobre a política de disciplinamento dos corpos e dos comportamentos das(os) trabalhadoras(es) e a política ofertada pelos proprietários da indústria que visava a reprodução de sua mão de obra. A escolha do recorte temporal, que compreende o período de 1920 a 1968, ocorre pelo fato de que nele podemos analisar diferentes períodos conjunturais brasileiros: uma década antes da criação da legislação referente ao trabalho feminino (licença maternidade e proibição do trabalho noturno) e o ano de fechamento da empresa, 1968.

Para alcançar os objetivos pretendidos no presente artigo, utilizaremos a metodologia da História Oral e a análise documental. Durante as décadas de 1980 a 1990, foi desenvolvido um projeto de produção de entrevistas orais com trabalhadoras(es) e empresários da Fábrica Rheingantz, com o objetivo de preservar a história do município de Rio Grande (RS) e de suas(seus) trabalhadoras(es). Coordenado pela professora Maria Regina da Silva Freitas, em conjunto com alunas(os) do curso de História da Universidade Federal de Rio Grande, o projeto abrange 19 entrevistas que narram o cotidiano fabril e do movimento operário rio-grandino.

⁶PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz, uma vila operária em Rio Grande (RS)**. 2003. 414f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, São Paulo, 2003.

⁷HORNES, Luciana Gerundo. Rheingantz: no passado símbolo de progresso, hoje esquecimento: um projeto pautado na educação histórica. **Revista Latino Americana de História**, São Leopoldo, vol. 2, n. 6, 2013, pp. 507-519.

Para este artigo foram selecionadas 8 entrevistas, utilizando como critério de seleção as narrativas que abordavam as relações de gênero com mais profundidade.

Ao usar a metodologia de História Oral entende-se como primordial o conceito de memória. É por meio da memória que os indivíduos captam e compreendem o mundo. Conforme Joël Candau⁸, a memória manifesta as intenções, ordena-as e dá sentido ao mundo. Assim como ressalta Maurice Halbwachs⁹, diferentes pontos de referência estruturam a nossa memória a partir de hierarquizações e classificações. Sendo um processo de negociação entre a memória individual e a memória coletiva, as referências que estruturam a memória individual e coletiva precisam constituir uma base comum: pontos de contato entre a minha memória e a do outro. Assim, a base em comum entre as(os) entrevistadas(os) são as suas experiências laborais na Fábrica Rheingantz.

Fábrica Rheingantz: disciplinando corpos, comportamentos e a agência feminina

Dentro das seções da Rheingantz, encarregados, mestres e contramestres monitoravam o ritmo de trabalho da mão de obra. Qualquer desvio era registrado em um caderno de multa, a qual consistia num desconto do salário das(os) funcionárias(os). Em dois cadernos, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1923, percebemos que as mulheres não aceitaram passivamente o modelo de feminilidade (que tinha a docilidade e a obediência como virtudes) que a sociedade moderna esperava que elas correspondessem, estando presente entre os motivos das punições “desobedecer a ordens superiores”.

Percebe-se que os empresários da Rheingantz procuravam incumbir no operariado uma disciplina do trabalho que visava obtenção de maiores lucros. Para isso, qualquer comportamento que pudesse diminuir a produtividade da empresa era reprimido, variando as punições entre multas que diminuía o salário das(os) trabalhadoras(es) ou sua demissão. Nas anotações sobre os motivos que levavam a essa prática, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1923, estão: a) “dispensada por não cumprir ordem” (uma mulher); b) “despedido por briga” (um homem); c) “despedido por estar fumando no serviço” (um homem); d) “despedido por ter agredido o mestre” (um homem).

⁸ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

⁹ HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Editora Revista dos Tribunais LTDA: São Paulo, 1990.

Se recuarmos um pouco no tempo, nos três cadernos de multas referentes ao período de agosto a dezembro de 1910, temos registros mais detalhados de quais comportamentos deveriam ser evitados no operariado da Fábrica Rheingantz. Entre os motivos repressivos estão: a) “falta de respeito ao superior” (quatro mulheres e dois homens); b) “serviço mal feito” (cinco mulheres); c) “ter agredido/maltratado sua/seu companheira(o)” (sete homens e quatro mulheres); d) “grande preguiça” (uma mulher); e) “brincadeiras” (nove meninas e dois meninos); f) “abandonar seguidamente seus lugares” (três mulheres); g) “negligência” (cinco mulheres e um homem); h) “conversar durante o serviço” (uma mulher); i) “desligar a máquina antes do apito tocar” (cinco mulheres); j) “sair da repartição antes do apito tocar” (seis homens); k) dar falsas informações (um homem); l) “quebrar máquinas e/ou estragar fio” (cinco mulheres e quatro homens); m) “ter faltado ao ensaio de bombeiros” (cinco homens); n) “estar aos gritos no serviço” (um homem); o) “ser dispensados até 2º ordem. Mau comportamento” (dois homens); p) “falta de atenção ao serviço” (onze mulheres e um homem).

Os motivos das multas descritos acima são amplos, demonstrando que as relações de trabalho no universo fabril Rheingantz demandavam um modelo de trabalhador específico, que não possuísse características que poderiam impactar a produtividade da empresa. Assim, as advertências variavam em descontos salariais entre 500 réis a 2.000 réis. Os decréscimos mais elevados monetariamente eram por motivos de desobediência e falta de respeito com o mestre da seção. Percebe-se que, caso o comportamento reprimido voltasse a se repetir, o valor da multa era dobrado, podendo chegar a demissões. Esperava-se que as(os) trabalhadoras(es), ao ingressarem em seus turnos de expediente, sentassem-se junto a sua máquina e seguissem um comportamento mecânico e disciplinado, sem interagirem entre si.

Edward Thompson¹⁰, ao estudar os patrícios e os plebeus do século XVIII, na Inglaterra, ajuda-nos a compreender e a analisar melhor as fontes descritas acima. O processo de formação de uma cultura hegemônica encontra resistência dos de baixo, em um campo de relações sociais e disputas. Para o autor, “a queixa mais característica, durante a maior parte do século, era quanto à indisciplina dos trabalhadores, sua irregularidade de emprego, sua falta de sujeição econômica e sua insubordinação social”¹¹. As novas formas de relações laborais, baseadas no trabalho livre e na remuneração monetária, demandavam o desenvolvimento de uma nova

¹⁰THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

¹¹*Ibidem*, p.41.

psicologia do trabalhador, o qual nem sempre aceitou se submeter à disciplina exigida pelos patrões. Logo, havia a necessidade de controlar a população a partir de uma hegemonia cultural, criando mecanismos de poder e exploração “mais suáveis”.

Os apontamentos teóricos de Thompson¹² nos ajudam a entender as multas aplicadas por comportamentos considerados inadequados do operariado da Fábrica Rheingantz diante de suas particularidades. Conforme Fraccaro¹³, o Brasil tinha uma classe trabalhadora majoritariamente rural, com pouca instrução formal e qualificação. Segundo os apontamentos da autora, no país, “a industrialização, verificada por indicadores econômicos desde o final do século XIX, passou a absorver cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras rurais no trabalho nas cidades, mas sem reverter a maioria de camponeses e camponesas”¹⁴. No Rio Grande do Sul, diante do recenseamento realizado pelo IBGE, percebemos que ainda em 1950 a população rural era superior à população urbana no estado, contabilizando aproximadamente 142.198 entre sujeitos urbanos e suburbanos e 2.742.841 de população rural. Isso significa dizer que, a maior parte dos brasileiros e gaúchos ainda estava ligada às formas de trabalho do meio rural, que se caracterizava por ser pouco mecanizado e pelos ritmos de trabalho manterem relação com os ritmos da natureza.

Com a industrialização, era necessário criar uma psicologia de trabalho às(aos), agora, operárias(os). Tempo é dinheiro, é produção e é lucro, sendo necessário otimizá-lo ao máximo. Nas horas laborais dentro da fábrica, não deveriam existir “desvios” comportamentais que pudessem diminuir as taxas de lucros do patronato. A inclusão de tecnologia demandava funcionárias(os) mecânicas(os), que realizassem suas tarefas repetitivas e monótonas de forma disciplinada.

O setor administrativo da empresa Rheingantz registrava a organização das(os) trabalhadoras(es) bimestralmente, em sua disposição tarefa/máquina ocupada. Nesses cadernos, encontram-se anotadas as multas comportamentais às(aos) trabalhadoras(es). A divisão de tarefas era organizada minuciosamente. Em uma mesma atividade, como a lavagem da lã, encontram-se as seguintes divisões de funções: carregadores da lã à lavagem (três trabalhadores), responsáveis pela escovação (dois trabalhadores), responsáveis por ensaboar a

¹²*Idem.*

¹³*Idem.*

¹⁴FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres: Organização social e a Legislação Trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. 2016. 198f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (SP), 2016, p.20.

lã (um trabalhador), responsáveis por secar a lã (quatro trabalhadores) e carregadores da lã já lavada e tingida (três trabalhadores).

As multas por não se ter o comportamento desejado pelos industriais Rheingantz apontam que as(os) operárias(os) resistiram à nova psicologia do trabalho. Essas(es) trabalhadoras(es) buscaram confrontar o tempo das máquinas com o tempo biológico e comportamental por meio da indisciplina. Os atos de desobediência, brincadeiras, risadas, conversas, falta de atenção ao serviço, brigas, entre outros, atestam que a mão de obra é constituída por pessoas que produzem relações humanas e possuem sentimentos e desejos. As tentativas de padronização do comportamento do operariado e as indisciplinas constatadas nos cadernos de multas do setor administrativo demonstram um conflito simbólico entre as distintas classes.

A própria mão de obra, a partir das hierarquias entre os diferentes trabalhadores que a compunham, era encarregada de monitorar os ritmos de trabalho das(os) operárias(os). O desenhista técnico Aureo Nunes de Almeida, após comentar que o conceito de trabalho têxtil é feminino, relata que ele era responsável por supervisionar a produção das trabalhadoras. Quando perguntado se as mulheres resistiam aos ritmos do trabalho fabril, o trabalhador afirmou:

Resistia. Até em uma ocasião eu fiz um trabalho. Eu já usava esse relógio que está aqui. Isso foi em 1950 e pouco [risada]. E eu: esse cronógrafo. E cada moça fazia cerca de 5 mil nós de tapetes por dia. Os tapetes para... [...]. Elas faziam 5, 4, 5 mil nós por dia, dependendo da complexidade do desenho. E eu comecei a perceber que havia um pique na produção mais ou menos às 9 horas da manhã, depois a produção ia caindo. E sem que elas percebessem lá da minha mesa... estava aqui o cronometro, não é? Funcionando e contando as carreiras que elas faziam e vendo a quantidade de nós produzidos. E reparei que a produção caía e ia das 10:30 às 11:15, que era a hora que saía as menores de idade. De tarde entravam à 1 hora. Quando era mais ou menos 3 horas estavam com outro pique de produção e dali a coisa ia declinando. Declinando até que às 16:30 até às 17 horas não faziam mais nada. Um pouco era cansaço, porque é difícil um trabalho físico. Tem que dar nó por nó a mão e abrir com os dedos da mão esquerda os... ah, o urdume. E aqueles fios que vem no tear de tapetes eles são dispostos verticalmente. Então, com os dedos da mão direita se entrelaçava o fio da lã e puxa [tosse]. Esse é o nó. Então, esse trabalho é muito cansativo e aí eu troquei o outro pique. Eu determinei, mas não sem antes falar com a direção da companhia, e das 9 horas às 9:15 eu determinei que todo mundo parasse de trabalhar. Não queria ninguém trabalhando. Todo mundo tomando café com aquelas “tracanasas” de pão e mais. Sem preocupação nenhuma. Tranquilidade tomando o seu café. Isto é, descasando. E às 9:15 pegavam outra vez no serviço. Com isso eu provoquei um outro pique e a produção simplesmente aumentou de 5 mil para 7 mil e 500 nós. 50% da produção é uma coisa, é um milagre, porque qualquer empresa para aumentar 10% da produção gasta fortunas. Nós conseguimos aumentar lá 50% da produção. Todos os

livros de produção lá, de documentação, devem ter sido guardados, que comprovam isso. E dependendo até tapetes lisos elas faziam. Até bastante mais. Até 8 mil nós¹⁵.

O que a fala de Aureo Nunes de Almeida nos aponta é que o ritmo do trabalho industrial e das máquinas também precisava ser ajustado aos ritmos humanos. A baixa de ritmo da produção em determinados momentos do dia, na memória do trabalhador, acarretou a criação de um intervalo. Sua narrativa também demonstra a complexidade do trabalho das operárias, que precisavam manualmente dar nós na lã, formando, assim, os tapetes produzidos na empresa. Esse trabalho requeria bastante atenção e destreza manual e, como os cadernos da empresa analisados aqui indicam, qualquer falta de atenção que pudesse impactar a produção das peças era descontada do salário das trabalhadoras. O trabalhador Paulo Carlos Peixoto Júnior também comenta sobre as punições dos industriais Rheingantz ao operariado:

Havia uma punição, mas era em benefício deles próprios. A Sociedade de Mutualidade fornecia medicamentos, médico... e todo empregado era sócio da mutualidade. Então, na tecelagem é muito comum os erros da tecedeira. Fios muito, muito arrebatados na revisão. Então aqueles defeitos eram descontados e aplicavam uma pequena multa para a mutualidade. Eram descontados e essa folha era remetida. Era por semana o pagamento¹⁶.

Assim, defeitos na produção eram descontados do salário das operárias como uma forma de evitar que esses acontecimentos pudessem se repetir. Um fio “arrebatado”, que poderia ser fruto da má qualidade da matéria-prima, era justificado pela má qualidade de trabalho das trabalhadoras. Para o trabalhador Pedro Carlos Peixoto Júnior, que ocupava um cargo qualificado dentro da empresa – contador do setor administrativo –, as punições funcionavam em benefícios dos próprios trabalhadores, indicando que os discursos paternalistas, disseminados pelos administradores da Fábrica, foram internalizados pelo operário.

Constatam-se punições similares ao analisar a imprensa operária de Porto Alegre (RS). Analisando o jornal *A Luta*, Isabel Bilhão averiguou que a imprensa operária denunciava, em 1906, as punições que as operárias sofriam, sendo que “multas e confiscos por faltas como atrasos, conversas durante o trabalho, ler ou subir as escadas de tamancos, variavam entre 100

¹⁵ALMEIRA, Aureo Nunes. Depoimento concedido em 1987. Rio Grande: Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, p. 9.

¹⁶PEIXOTO, Pedro Carlos Jr. Depoimento concedido em 1984. Rio Grande: Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, p. 13.

e 500 mil réis, o que representava de um a cinco meses de salário da operária”¹⁷. Evangelia Aravanis também observa esse fenômeno em fábricas das cidades de Pelotas (RS), Rio Grande (RS) e Porto Alegre (RS):

Em Pelotas e Rio Grande este processo de disciplinarização fabril é claramente visível na Cia. União Fabril (Rheingantz), no estabelecimento do Srs. Júlio Silva & C., e na fábrica de tecidos Ítalo-Brazileira. Em Porto Alegre e São Leopoldo, identifiquei, dentre outros, os seguintes estabelecimentos com este perfil: Cia. Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Cia. Fabril Porto Alegrense, Cervejaria Ritter & Filhos, Casa Alberto Bins e Fábrica de Fósforos Sul Rio Grandense. Como se observa, a idéia de ‘tempo útil’, através deste novo mecanismo de coerção, impunha-se com mais vigor no processo produtivo das indústrias no estado. Reforçando este controle, que futuramente poderia até substituir a vigilância dos contramestres, constata-se a imposição, ao operário, de sua subordinação à disciplina rítmica ditada pela máquina, mais uniforme e intensa¹⁸.

Os levantamentos de Bilhão e Aravanis são importantes de situarmos aqui, pois demonstram que a prática punitiva não foi restrita aos empresários Rheingantz, visto que estavam presentes em diferentes empresas de diferentes setores do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, indicam que foi um tema debatido no movimento operário, que se rebelou contra essa realidade.

A operária Soeli Botelho narrou, em 1981, a existência de uma sala de vidro no piso superior da seção de tecelagem, tendo como finalidade permitir que os encarregados, mestres e contramestres fiscalizassem o trabalho das operárias. Ao ser observado de cima, de dentro da sala de vidro transparente, qualquer comportamento indesejado das operárias era reprimido e denunciado. Como relatou Soeli:

Gaiola era uma... A gente chamava de gaiola porque ela ficava ao alto. [...] Aquela peça [...] A sala dele. [...] Com uma escada, então era tudo envidraçado. Então nós chamávamos de gaiola aquilo ali. E dali ele via toda a seção. [...] Controlava tudo lá de cima¹⁹.

¹⁷BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**: análise da construção dos operários porto-alegrense (1896 a 1920). 2005. 280 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p.143.

¹⁸ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, [online], n. 3, v. 2, 2010, pp.153-154. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2010v2n3p148>. Acesso em: 26 dez. 2019.

¹⁹BOTELHO, Soeli. Depoimento concedido em 1981. Rio Grande: Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade de Rio Grande, p. 29.

Assim, em uma sala de vidro, ampliam-se as formas de monitoramento dos trabalhadores. Já no portão da fábrica, o trabalhador da portaria registrava os atrasos e as ausências das(os) funcionárias(os), avisando seu chefe a ocorrência de qualquer negligência cometida pelo operariado. Hilso Magalhães, ao narrar, em 1988, sua relação com as(os) funcionárias(os) da empresa, abordou os conflitos entre trabalhadoras(es) na fábrica. Os guardas da portaria cumpriam a tarefa de fiscalizar os horários e eventuais roubos cometidos pelo operariado, acarretando que a relação entre os guardas e demais trabalhadoras(es) fosse perpassada por conflitos. Como afirmou Hilso:

É sempre tem. Só em ser guarda os funcionários já não gostam [...]. É, não gostam. Sou malvisto pela maioria. [...] É eu sempre digo assim: “Olha, os bons funcionários são amigos do guarda e os maus são inimigos.” Eu digo para eles, quando me respondem alguma coisa eu digo. Essa é a resposta que eu dou. [...] É, às vezes eu tenho algum receio. Eu tenho que andar sempre armado por causa disso. Às vezes um diz assim: “É, eu vou te atacar na rua.” Às vezes uma mulher: “Eu vou mandar o meu marido te esperar”. Algumas vão suspensas até, não podiam andar com bolsa, não marca o cartão; marca o cartão doutro. Já aconteceu uma série de coisas aí dentro. Atualmente está organizado, não acontece nada. [...] Mas houve uma época aí, que esse tipo de coisa: “vou mandar meu marido falar contigo.” “Tu és o dono da fábrica, dono de tudo”, estas piadas eles dão para nós. [...] Tudo que entra e sai da companhia é controlado na portaria por mim e pelo porteiro. Sempre eu vou verificar se está certo. [...] horário de entrada e saída do pessoal e também das mercadorias que saem daqui da fábrica. Tudo é registrado em um livro na portaria. [...] Olha, com o homem eu acho que é bem mais difícil trabalhar. Com a mulher é sempre mais... sempre respeita mais, não é? Sempre respeita mais o guarda, do que o homem. O homem é mais difícil²⁰.

A ênfase nos horários e nos registros na experiência da Rheingantz nos remete a Thompson²¹, que em texto já clássico discute o tempo-relógio como uma forma de disciplinarização da mão de obra industrial. A relação da sociedade com o tempo está relacionada, em diferentes sociedades e períodos históricos, às atividades desempenhadas por ela. Se anteriormente a contagem do tempo era efetuada com base na natureza, a introdução do relógio responde à demanda de uma sociedade moderna em emergência. Nesse sentido, “[...] o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro”²².

²⁰MAGALHÃES, Hilso de Souza. Depoimento concedido em 1981. Rio Grande: Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação História Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação universidade de Rio Grande, p. 18-19.

²¹ *Idem*.

²²THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*, p. 272.

Durante os séculos XVII e XVIII, o relógio era um artigo destinado a poucos indivíduos, visto como símbolo de status social. Com as mudanças ocorridas em fins do século XVIII e início do século XIX na Europa, era necessário regular o tempo do indivíduo para obter-se maior rendimento. Pretendia-se eliminar a “ociosidade”, difundindo-se propagandas que retratavam o ócio e o lazer como “tempo malgasto” e os sujeitos que os praticavam como “preguiçosos”. Os ritmos de trabalho anteriores a industrialização precisaram ser modificados. O tempo medido pela natureza, seja ela climática, da lida com o gado ou do tempo do plantio, não correspondiam às exigências do mundo moderno, urbano e industrial. Sobre a introdução do relógio no cotidiano da sociedade, Thompson segue discorrendo: “O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço”²³.

Em relação às(aos) nossas(os) operárias(os) rio-grandinas(os), é importante mencionar que, ao residirem em uma vila operária próxima ao local de produção, os sinos que indicavam os turnos de trabalho não estavam presentes apenas no cotidiano das(os) trabalhadoras(es), mas também no de suas famílias, que escutavam, de suas residências, o apitar emitido na fábrica. A Segunda Guerra Mundial foi o período no qual houve maior venda de mercadorias, acarretando que a produção da Fábrica Rheingantz fosse realizada 24 horas por dia. Como lembram as(os) trabalhadoras(es) da empresa:

Ah, iam para todo o Brasil e para o estrangeiro também. Eles vendiam muito. (...). Era época de guerra, não é? Porque eles trabalhavam dia e noite. [...] É, a Segunda Guerra. [...] Não os países eu não me lembro, mas parece que a Alemanha. Também era muito vendido para a Alemanha. [...] Ah é, nós fazíamos serão e ela só parava no domingo mesmo porque nós fazíamos tudo. Tinha uma turma que pegava às 6 horas da manhã, soltava às 10 horas da manhã. Entrava outra turma. Bom, aquela turma que entrou às 10 horas saía às 14 horas e aí nós pegávamos às 14 horas. Nós íamos para a casa às 18 horas. Aquela turma das 18 horas pegava às 18 horas e soltava às 22 horas da noite e saía às 6 horas da manhã. [...] Toda a noite. Às 6 horas da manhã nós entrávamos. Quer dizer, que era uma semana do dia para uma semana do dia para outro. Ela só parava domingo. Inclusive até sábado ela trabalhava até às 22 horas da noite. [...] Ah trabalhavam nas nossas máquinas (os trabalhadores no trabalho noturno). [...] Ah, produziam a mesma coisa que nós. Só os tapetes que não²⁴.

Desde o Decreto do Trabalho Feminino, nº 21.417, de 17 de maio 1932, as mulheres foram proibidas de trabalhar à noite, entre às 22 horas e às 5 horas. Diante disso, os homens

²³*Ibidem*, p. 279.

²⁴ BOTELHO, Soeli. *Op. cit.*, p. 6-7.

trabalhavam no turno noturno nas “nossas máquinas”, como define Soeli Botelho. O decreto previa que as mulheres pudessem trabalhar à noite apenas nos seguintes casos: a) mulheres que possuíam membros da família trabalhando na mesma empresa; b) cuja interrupção do serviço prejudicasse o funcionamento do estabelecimento, no qual “estavam eximidas do cumprimento dessa proibição aquelas que ocupavam postos de trabalho na saúde, hospitais, clínicas, sanatórios e manicômios e incumbidas de tratamento de enfermos”²⁵. Em São Paulo, a proibição do trabalho feminino noturno vigorava desde 1894, a partir do Código Sanitário. No entanto, com o Decreto do Trabalho Feminino, aumentou-se a fiscalização do labor da mulher. O trabalhador Pedro Carlos Peixoto Júnior narra sobre a produtividade durante a Segunda Guerra Mundial e a proibição do trabalho feminino:

Então a companhia trabalhava 24 horas por dia e empregava uma turma de mil e duzentos empregados na mesma proporção (do período anterior a 2ª Guerra Mundial), 75% mulheres e 25% homens. Como as mulheres não podiam trabalhar de noite, depois das 10 horas até às 5 da manhã, por imposição das leis trabalhistas, a companhia mandou buscar um grupo de tecelões pernambucanos. Então é esses que faziam uma série de turmas de madrugada e as... e o resto do pessoal se revezavam em duas turmas. Então eram 24 horas consecutivas. Serviço de conservação era feito no domingo sem parar²⁶.

O período das Grandes Guerras é lembrado pelas(os) operárias(os) enquanto o momento em que a fábrica mais produziu, chegando a trabalhar 24 horas por dia. As narrativas relacionam esse fato ao esplendor da empresa Rheingantz e sua importância à economia do país. Foi o momento, também, na memória dos trabalhadores, em que as mulheres não podiam trabalhar no turno noturno, dificultando que a fábrica trabalhasse durante os três turnos. O trabalhador Pedro Peixoto Júnior – que comenta, em outro momento, da entrevista que o conceito de tecelagem no Rio Grande do Sul é relacionado ao trabalho feminino – discorre que os empresários mandaram recrutar trabalhadores de Pernambuco para trabalhar na empresa Rheingantz. Essa narrativa demonstra que a divisão sexual do trabalho fez parte do imaginário simbólico do trabalhador.

Na Fábrica Rheingantz, as entrevistas demonstram que a fábrica desenvolveu essa prática após a proibição do trabalho feminino no período noturno, em 1932. Logo, a proletarização de trabalhadores rurais do estado de Pernambuco se tornou uma forma de

²⁵FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. *Op. cit.*, p.156.

²⁶PEIXOTO, Pedro Carlos Jr. *Op. cit.*, p. 3.

empresários da empresa Rheingantz resolverem os problemas gerados pela escassez da mão de obra. A narrativa do trabalhador Pedro Carlos Peixoto Júnior nos propõe a reflexão sobre porque havia a dificuldade de encontrar trabalhadores para o trabalho de tecelagem em Rio Grande (RS), mas, mais do que isso, o porquê de o contador do setor administrativo da empresa relacionar o serviço têxtil às mulheres. Em uma análise conjunta com as demais fontes orais investigadas aqui, percebemos que as(os) trabalhadoras(es) identificam o trabalho repetitivo, que requer atenção e cuidado, ao sexo feminino. Diante da literatura referente ao tema, temos conhecimento de que essa associação foi utilizada pela cultura dominante para justificar a divisão sexual do trabalho e a situação precária em que se encontravam as mulheres no trabalho industrial do início do século XIX e início do século XX²⁷.

Entendendo que a classe se constitui nas relações humanas. Como comenta Thompson²⁸, a cultura popular é constituída pelas necessidades e expectativas dos sujeitos coletivos. Uma análise da cultura enquanto consenso, homogeneidade e estabilidade “pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”²⁹.

As fontes demonstram que as experiências de classe se apresentam, também, conforme o gênero do(a) trabalhador(a). A fala de Hilson Magalhães sobre os conflitos entre o guarda e as(os) demais trabalhadoras(es) nos permite refletir que o deslocamento do feminino, conceito elaborado por Maria Rita Kehl³⁰, persiste no imaginário operário durante o século XX, pelo menos até o período de fechamento da Fábrica Rheingantz, em 1968. Ao falar que as mulheres respeitam mais que os homens, Hilson nos proporciona compreender que os discursos simbólicos que entendem a mulher enquanto “dócil, frágil e obediente” estão presentes nas relações interpessoais no universo fabril³¹. Nessa concepção, a mulher, ao ser frágil, necessitava da proteção de seu marido. E, como Flávia Biroli elucida, “Muitas das nossas percepções sobre

²⁷RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista** (Brasil, 1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2014; REZENDE, Vinicius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP** (1950-1980). 2012. 383f. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2012; SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

²⁸THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*

²⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*, p.17.

³⁰KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

³¹*Idem.*

quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho”³².

O contramestre Dario Camposilvan contou, em entrevista realizada em 1981, que, no período de falência da fábrica, os furtos aumentaram, “[...] houve um caso aí de umas mulheres que andaram roubando. Tirei e levei para ele [provavelmente para o funcionário do setor administrativo da empresa]. Ele chamou e botou na rua”³³. As entrevistas retratam o desalento das(os) trabalhadoras(es) no período de falência e fechamento da fábrica, em 1968. A negligência no pagamento das(os) trabalhadoras(es) e o acúmulo de suas dívidas podem ter corroborado para o aumento do número de furtos. Thompson³⁴ e Rago³⁵ ajudam a visualizar que as práticas que poderiam ser consideradas nas categorias de “crime” ou movimentos “difusos” e não organizados das(os) trabalhadoras(es), na verdade, podem possuir objetivos claros e determinados: rebelar-se contra as relações de produção do sistema capitalista.

Os furtos cometidos pelas(os) trabalhadoras(es) podem ter sido a forma de manifestação encontrada por estas(es) no período de falência da fábrica, marcado pelos atrasos de pagamentos das(os) funcionárias(os). E, como discorre Thompson³⁶ — que elabora uma discussão sobre os plebeus do século XVIII, mas que serve enquanto aporte teórico para a presente pesquisa —, é preciso olhar a resistência para além da lente do movimento operário. As práticas de transgressões no cotidiano do chão de a Fábrica Rheingantz ao imaginário de operário ideal: obediente e mecanizado, evidenciados nos cadernos de multas do setor administrativo, também se configuram enquanto uma disputa de classe. Esses atos demonstram que os trabalhadores buscaram manter a sua própria relação com a produção, entrando em conflito com os administradores da Fábrica Rheingantz.

Além das multas, também foram encontrados nos mesmos cadernos referentes a outubro, novembro e dezembro de 1923 anotações que dividiam os trabalhadores entre “serve para o serviço” e “não serve para o serviço”. As(os) funcionárias(os) consideradas(os) pela empresa como não aptas(os) ao serviço eram demitidas(os). Possivelmente, esses registros serviam para que, caso a(o) ex-funcionária(o) voltasse a procurar emprego na Fábrica

³²BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p.21.

³³CAMPOLSILVAN, Dario. Depoimento concedido em 1981. Rio Grande: Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, p. 21.

³⁴THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*

³⁵RAGO, Margareth. *Op. cit.*

³⁶THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*

Rheingantz, já estivesse anotado o nome de trabalhadoras(es) indesejáveis pela empresa. No caso de trabalhadoras(es) que foram consideradas(os) aptas(os) ao serviço ou que trabalham há anos, foram ofertadas algumas concessões, como o que ocorreu com a operária Maria Luiza da Rosa Corrêa, que recebeu seu salário adiantado. A justificativa para o seu pedido de adiantamento salarial era por ter se tornado viúva e ser mãe. Nesse sentido, a justificativa da empresa à concessão do pedido era que ela “presta serviço há anos”. Assim, o tempo de trabalho permitia maiores oportunidades de barganha entre as(os) trabalhadoras(es) e os empresários.

Até aqui, demonstramos que a cultura na Fábrica Rheingantz foi um palco de relações sociais, no qual tanto os empresários quanto as(os) trabalhadoras(es) – a partir de relações de poder distintas –, atuaram no processo de criação, contestações e redefinição de um modelo comportamental na empresa. Enquanto infratoras desse modelo e ao estarem em maior número em relação aos homens, as mulheres indicam que, longe de ser uma mão de obra passiva e dócil, foram sujeitas ativas no palco de disputas simbólicas que representavam os conflitos de classe existentes no universo fabril.

Políticas sociais voltadas à reprodução do operariado

Para Kehl³⁷, a feminilidade é uma construção discursiva produzida pelo sujeito masculino, à qual se espera que a mulher corresponda. Como já exposto anteriormente, o final do século XIX e o início do século XX é um período chave para compreendermos o conceito de feminilidade emergente na modernidade. Se, na Idade Média, o discurso sobre família era unitário e produzido pela Igreja Católica, na modernidade, diferentes setores da sociedade se propõem a debater a instituição familiar³⁸.

A separação entre a casa e a fábrica modificou diretamente o trabalho feminino. Se, antes, as mulheres produziam produtos alimentícios e fabricavam tecidos e roupas em suas casas, a partir da industrialização, elas e as crianças passaram a formar o grupo mais numeroso que compunha a mão de obra das empresas dos setores têxteis e alimentícios. Contudo, os trabalhos doméstico e de reprodução seguiam importantes para o funcionamento da sociedade, pois é deles que a mão de obra das fábricas é constituída, e, assim como Michelle Perrot afirma,

³⁷KEHL, Maria Rita. *Op. cit.*

³⁸FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

“as sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido, sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível”³⁹. Sabendo da importância do trabalho doméstico e da reprodução, a sociedade moderna busca desenvolver discursos que justifiquem e naturalizem a responsabilidade feminina na execução dessas tarefas.

A Rheingantz fomentou políticas sociais destinadas à reprodução. A funcionária Margarida Reis Soares⁴⁰ informa que a empresa possuía uma enfermeira e uma parteira destinada a auxiliar o parto das operárias. Documentos da fábrica das décadas de 1910 e 1920 demonstram que antes de o Estado regulamentar a licença maternidade, as trabalhadoras da Fábrica possuíam o direito a 30 dias de afastamento do trabalho após o parto. O acompanhamento médico antes e após o parto era descontado da folha de pagamento das funcionárias, diminuindo ainda mais seus salários.

Em sua entrevista, o contramestre Dario Camposilvan se lembrou da assistência médica disponibilizada pela empresa: “Lá tinha um laboratório com 4 médicos, dois enfermeiros e uma enfermeira parteira. Tinha um farmacêutico e tinha uma farmácia completa. [...] não precisava ir no centro [de Rio Grande]”⁴¹. Margarida Soares Reis também comentou: “Era o médico contratado, era a enfermeira Palmira. [...] Ela dava, ela dava remédio (a parteira). Ela fazia remédio. Ela cuidava da pessoa, não é? Ela [a parteira] e a enfermeira nossa, a Palmira”⁴². Pedro Carlos Peixoto da Silva Freitas mencionou a “mentalidade avançada” de Carlos Guilherme Rheingantz, relatando que havia detalhes pitorescos nessa política: “a moça que casasse, operária, tinha direito a um enxoval completo, mas se cassasse com o consentimento dos pais”⁴³.

A narrativa do desenhista técnico Aureo Nunes de Almeida nos ajuda a elucidar como era o procedimento de atendimento da parteira:

Essa assistência médica era bastante ampla. Ela incluía, por exemplo... Eu estive ontem na casa das minhas irmãs mais velhas que eu, que deveriam lembrar de coisas pelas quais eu não passei, não é? E me contaram uma coisa, por exemplo, o atendimento a parturiente. Havia uma parteira empregada da companhia, da Sociedade de Mutualidade. E essa Sociedade de Mutualidade era mantida pela mensalidade de todos os empregados da companhia. Se não me engano era 5 mil réis,

³⁹PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 109.

⁴⁰ROCHA, Margarida Reis. Depoimento concedido em 1987. Rio Grande: Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande.

⁴¹CAMPOSILVAN, Dario, *Op. cit.*, p. 22.

⁴²ROCHA, Margarida Reis. *Op. cit.*, p. 4.

⁴³PEIXOTO, Pedro Carlos Jr. *Op. cit.*, p 6.

uma coisa assim, a contribuição mensal de cada empregado. E tinha uma parteira chamada Madame, ela fazia o acompanhamento da parturiente tempos antes do parto e depois até uma semana, ou até mais. Até cair o umbigo da criança, não é? Ela assistia a parturiente e não entregava a criança para a mãe antes que o umbigo caísse todos os dias. Ah, ia visitar de manhã e ajudava a parturiente a sair da cama, a dar seus passinhos, naquela concepção antiga que as coisas deveriam ser feitas devagar, não é? [...] Todos os dias a parteira levava um tônico chamado “água inglesa” que é para fortalecer a mãe. E de maneiro em que vem o carinho em que eram tratadas todas as mães. Esse era o trabalho da parturiente. [...] A viuvez eu não sei se tinha, mas eu lembro que tinha um auxílio para casamento. Havia auxílio para filho nascido. Havia, inclusive, até davam, antigamente eles davam parece que três dias, antes da lei. Todas essas coisas foram instituídas pela União Fabril muito antes de qualquer lei social e todo o atendimento de... havia férias antes da lei de férias⁴⁴.

Aureo, ao mencionar que um dia antes da realização da entrevista conversou com as suas irmãs mais velhas para se lembrar de “coisas pelas quais eu não passei”, indica que estava ciente de que havia experiências na Fábrica Rheingantz as quais ele não tinha vivenciado, mas as trabalhadoras, sim. As políticas de incentivo à reprodução iniciavam no momento em que as mulheres ganhavam um enxoval ao se casarem. Nos documentos referentes a 4 de agosto de 1910 a dezembro do mesmo ano, foram encontrados registros de licença de oito dias por motivos de casamento de uma operária e de quatro dias a um operário, pelo mesmo motivo. As operárias ganhavam uns dias de folga do serviço e, recorrentemente, seus casamentos eram realizados no Clube Social da empresa, com a presença do corpo de trabalhadoras(es) e representantes dos industriais.

Tinha verba para o casamento. Moça que fosse empregada 3 anos na firma e ia se casar, é... se aquilo era legal, se era tudo direitinho ela recebia um adiantamento. Era o fundo de auxílio Carlo Guilherme Rheingantz, que ele estipulou para esses casos especiais. Claro, tinha muita coisa... tinha muita coisa...⁴⁵

Ao instituírem na empresa políticas sociais voltadas ao auxílio a casamentos e nascimentos de filhos e à assistência à saúde da gestante e da criança nascida, a Fábrica Rheingantz garantia a reposição de sua mão de obra. Aureo comenta que seu pai e seus irmãos também trabalhavam na fábrica, narrando que:

Ah, e dentro do espírito da companhia, eles gostavam que os próprios empregados cassassem entre si e formassem família e os filhos continuassem dentro da companhia. Isto era uma recomendação desde o tempo do comendador Rheingantz. E como o meu pai trabalhava lá já, tinha irmãos que trabalhavam lá. Eu estava no ginásio, no Lemor Jr. o 4º ano do ginásio, e fui para a turma que terminou a 4º série. Quando tiraram a

⁴⁴ALMEIRA, Aureo Nunes. *Op. cit.*, p 14.

⁴⁵RHEINGANTZ, Oscar. Depoimento concedido em 1982. Rio Grande: Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, p. 34.

5º série e eu precisava prover a minha, um pouco da minha subsistência. Afinal, eu ia estudando no científico, e então eles ofereceram vaga ao meu pai para mim como copiador de receitas na tinturaria. Trabalhando só meio turno, ou então trabalhava de manhã, das 7:15 às 11:15. De tarde eu ia para o ginásio e de noite eu fazia tiro de guerra. E assim, a minha atividade naquele ano foi essa. Por isso que também ajudou a arrebentar a hemoptise da minha ‘bronquetasia’. Eu tenho ela, já é uma coisa de nascença⁴⁶.

Percebe-se, por meio das fontes orais, que se privilegiava empregar como mão de obra filhas(os) de funcionárias(os). A Fábrica Rheingantz disponibilizava escola e creche para suas(seus) trabalhadoras(es), nas quais, segundo Aureo Nunes de Almeida, as turmas eram separadas conforme o sexo das crianças. Em um turno, as crianças estudavam na escola e, no outro, trabalhavam na empresa. Assim, ao disponibilizar creche e escola, a Fábrica liberava as mães para trabalhar e ia moldando os corpos das(os) possíveis futuras(os) operárias(os).

As entrevistas realizadas com trabalhadoras(es) da Fábrica Rheingantz nos permitem analisar o conceito de feminilidade no cotidiano fabril, para além do espaço militante. Isso se torna visível na política de benefícios sociais cedidos pelos empresários. Grande parte da mão de obra iniciava o ofício ainda na infância, sendo as crianças, muitas vezes, filhas das(os) trabalhadoras(es). A recomposição da mão de obra tinha relação com a reprodução do núcleo familiar das(os) operárias(os). Analisando esse fenômeno em uma empresa têxtil de Blumenau, Ferreira comenta:

Considerada fundamental para o funcionamento da engrenagem fabril, a família servia como parâmetro de medida da atuação dos trabalhadores no cotidiano e, apesar de suas tensões e desigualdades internas, também fomentava um senso de unidade doméstica e metas coletivas. [...] A sobrevivência era o principal fator de motivação para tal procedimento, e os menores de idade não chegavam sequer a completar o ensino básico e já eram recrutados para ajudar no sustento familiar⁴⁷.

Assim, longe de ser um entrave à participação da mulher no universo fabril Rheingantz, a maternidade era incentivada. Logo, a pergunta feita pela historiadora Perrot, “As mulheres podem, devem, ter acesso ao salário, isto é, receber uma remuneração individual, deixando a casa, o lar, que era o seu principal ponto de apoio e utilidade?”⁴⁸, foi respondida pelos empresários Rheingantz: sim, elas podem trabalhar fora de casa e, ainda assim, seguir sendo a principal força reprodutora da força de trabalho.

⁴⁶ALMEIRA, Aureo Nunes. *Op. cit.*, p 3.

⁴⁷FERREIRA, Cristiane. *Op. cit.*, p. 730.

⁴⁸PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 110.

Margarida Soares Reis informa, em sua entrevista, que sua filha frequentou a creche e a escola disponibilizada pela empresa. Esse benefício social possivelmente contribuiu para que as mulheres pudessem seguir com suas profissões após o nascimento de suas(seus) filhas(os). Como mencionado, o contador Pedro Carlos Peixoto Junior confirma que as turmas da escola, que era disponibilizada pela empresa, eram segmentadas a partir dos sexos biológicos. A turma das meninas era dividida em dois turnos: um pela manhã e outro à tarde. Desse modo, “um (grupo de meninas) frequentava a escola de manhã e trabalhava de tarde na fiação e trocava. Assim, um grupo de meninas que trabalhava na fiação ao meio dia... e ganhavam na escola e na fábrica”⁴⁹. Com isso, a própria organização escolar era pensada diante da demanda da empresa.

A confecção de tapetes, mencionada por Margarida, era realizada por meninas menores de idade. Outra trabalhadora, Soeli Botelho, comentou sobre o trabalho infantil:

Trabalhei, trabalhei os três primeiros anos nos tapetes, porque lá nos tapetes é assim.... Quando eu entrei para a Rheingantz, com 18 anos, não ficava na seção de tapetes. Fazia 18, era transferido para outra seção. Não trabalhava menor [...]. Na seção do tapete só ficava maior a padroneira. E o mestre dos tapetes disse para mim que lastimava muito eu ir embora, que eu manobrava bem os tapetes, mas que não tinha lugar para padroneira. Até estava o seu Pedrinho, que era carpinteiro, na mesa dele e ele disse: - “Pedrinho, essa guria me deu o que fazer, sempre brincando. Quando eu posso entregar um tapete para ela, ela tem que ir embora. Tem 18 anos, tem que ir para outra seção”. Aí eu fui para a preparação⁵⁰.

A narrativa de Soeli discorre sobre sua transferência da seção dos tapetes para a seção de preparo e relata o episódio em que o mestre comenta com o carpinteiro que ela “[...] me deu o que fazer, sempre brincando” e, assim, demonstra que a prática de brincar foi recorrente no período em que trabalhou na seção dos tapetes, não sendo um comportamento desejado. Nos cadernos administrativos da empresa Rheingantz, há menção a punições ao operariado jovem por brincar ou brigar no ambiente de serviço, indicando que a Fábrica buscava disciplinar os comportamentos do operariado jovem, eliminando desvios que pudessem diminuir a produtividade da firma.

O trabalho na seção dos tapetes foi recordado pelas trabalhadoras como um período de boas recordações. As brincadeiras que realizavam entre as máquinas são fios condutores de uma memória acerca do período em que a família Rheingantz geria a empresa. Passar a infância, a

⁴⁹PEIXOTO, Pedro Carlos Jr. *Op. cit.*, p. 4

⁵⁰BOTELHO, Soeli. *Op. cit.*, p. 2.

adolescência e a vida adulta na fábrica fortifica os laços afetivos construídos pelas trabalhadoras em relação a Fábrica Rheingantz. A evidência desses laços afetivos se torna ainda mais visível na seguinte fala:

Ah, quando a fábrica fechou, a senhora só ouvia choradeira. Só ouvia gente chorar, não é? É que a gente se criou ali dentro, como eu me criei. Eu saía às 17h para brincar de boneca. Eu tinha 14 anos naquele tempo. Uma menina de 14 anos brincava com boneca [...]. Eu saía para casa e ia brincar com bonecas. Boneca de pano, não é? Quer dizer que a gente sentiu aquilo ali, se criou ali dentro. Inclusive, quando eu fui fazer o exame para trabalhar na FURG (após a falência da fábrica), eu achava que não ia me dar para trabalhar em outro lugar, porque eu me criei ali dentro, não é? [...] Eu morei 31 anos ali na Rheingantz [...] Não, nas casas da fábrica não. Na [vila?] Rheingantz ali.⁵¹

Tal contexto torna impossível às narradoras desassociar sua vida pessoal de seu ofício, em “uma relação de simbiose com a rotina e o trabalho diário propriamente, além de vincular-se à esfera de eventos mundanos, à vida privada, às genuínas experiências e à formulação da consciência de classe”⁵². As formas de dominação de classe são ampliadas a partir do momento em que o êxito e/ou a falência da Fábrica Rheingantz são relacionados aos períodos de suas formações enquanto ser humano.

Como teoriza Biroli, “a família toma forma em instituições, normal, valores e práticas cotidianas. Sua realidade não é da ordem do espontâneo, mas, sim, dos processos sociais, da interação entre o institucional, o simbólico e o material”⁵³. Na Fábrica Rheingantz, analisamos a existência de políticas de incentivo que fomentavam a criação de núcleos familiares estáveis, que corroborariam com a reprodução da mão de obra.

Distintamente da política de incentivo ao casamento das operárias da Fábrica Rheingantz, Rezende⁵⁴, analisando o complexo coureiro-calçadista de Franca, São Paulo, entre os anos de 1950 a 1980, constata que a empresa Amazonas não contratava mulheres casadas, pois estas eram mais propensas a engravidar e, segundo a indústria, decorrente disso, faltarem ao serviço. Além disso, as trabalhadoras já empregadas eram demitidas se casassem. Possivelmente, os empresários do complexo coureiro-calçadista de Franca associavam a maternidade às faltas no serviço das trabalhadoras pelo fato de as tarefas de reprodução e cuidado serem vistas historicamente enquanto femininas, acarretando triplas jornadas às

⁵¹BOTELHO, Soeli. *Op.cit.*, p. 15-16.

⁵²*Ibidem*, p. 728.

⁵³BIROLI, Flávia. *Op. cit.*, p.91.

⁵⁴*Idem*.

mulheres. A Fábrica Rheingantz reverteu essa situação ao disponibilizar creche e escola às(aos) filhas(os) das(os) operárias(os), podendo, assim, beneficiar-se do trabalho infantil das crianças quando consideradas, pelas suas famílias ou pela empresa, aptas para trabalharem.

O modelo hegemônico de feminilidade ocidental da sociedade moderna orienta a mulher a ocupar um lugar de submissão nas relações sociais do núcleo familiar. Estando inseridas(os) em um sistema patriarcal que cria hierarquias de poder entre homens e mulheres⁵⁵, os trabalhadores possuem vantagens em relação às trabalhadoras em acessos desiguais a direitos e a recursos materiais. Uma das dimensões marcantes das desigualdades de gênero se encontra no fato de que a tripla jornada feminina, advinda da atribuição da responsabilidade pelas crianças e pelo trabalho doméstico às mulheres, libera os homens de desempenhar essas tarefas, possibilitando que estes ingressem no mundo público com maior facilidade que aquelas⁵⁶.

Porém, vale ressaltar que, como vimos na discussão anterior sobre o disciplinamento dos corpos operários e a agência feminina, a cultura que se pretende ser hegemônica encontra resistência das(os) de baixo. Além disso, família não é um modelo estático, mas sim fruto de relações sociais. Assim, é importante frisarmos que o modelo familiar que tem o homem como sujeito central fez parte do imaginário dos empresários da Fábrica Rheingantz.

Considerações finais

Percebe-se, a partir da análise desenvolvida até aqui, que as punições, os benefícios sociais e o discurso paternalista percorreram as vivências das(os) trabalhadoras(es) e acionistas da Fábrica Rheingantz. As fontes e a literatura acerca de vilas operárias apontam que essa foi uma prática recorrente durante o século XX e possuía a finalidade de fixar a mão de obra nas indústrias, diminuindo os conflitos de classe. A interferência direta da empresa no cotidiano dos trabalhadores ampliava as formas de dominação de classe, fazendo com que as memórias do operariado acerca da fábrica sejam constituídas por saudosismo e a imagem dos acionistas seja de pessoas humanitárias e benfeitoras.

Constatou-se também que havia políticas sociais específicas de gênero, como: auxílio ao casamento, assistência de parteira, auxílio financeiro por nascimento de filha(o), licença do trabalho por motivos de matrimônio, criação de creches e escolas para as filhas e os filhos do

⁵⁵KEHL, Maria Rita. *Op. cit.*

⁵⁶BIROLI, Flávia, *Op. cit.*

operariado. Além disso, identificou-se que a promoção desses benefícios era voltada à reprodução da mão de obra da empresa Rheingantz, garantindo, assim, a reposição de trabalhadoras(es).

A análise empírica, realizada a partir das fontes documentais e orais, apontam que as relações de gênero estiveram presentes nas experiências das(os) trabalhadoras(es). Essa constatação nos ajuda a compreender a importância dos estudos que buscam incluir novas categorias de análise nas pesquisas sobre história social do trabalho. Para além de uma questão gramatical, a presença das mulheres na Fábrica Rheingantz e as discussões realizadas sobre a política de incentivo a natalidade e a repressão aos corpos femininos nesse estudo atestam as múltiplas formas de dominação, opressão e autonomia que os diferentes sujeitos que compõem a classe trabalhadora vivenciam.

Referências bibliográficas

Fontes

Entrevistas:

BOTELHO, Soeli. Depoimento concedido em: 1981. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

CAMPOLSILVAN, Dario. Depoimento concedido em: 1981. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

MAGALHÃES, Hilso de Souza. Depoimento concedido em: 1888. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

ROCHA, Margarida Reis. Depoimento concedido em: 1987. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

PEIXOTO, Pedro Carlos Jr. Depoimento concedido em: 1984. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

ALMEIDA, Aureo Nunes. Depoimento concedido em: 1987. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

RHEINGANTZ, Oscar. Depoimento concedido em: 1982. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

RHEINGANTZ, Jacques. Depoimento concedido em: 1985. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

Teses, artigos e livros

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**: análise da construção dos operários porto-alegrense (1896 a 1920). 280 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRITTO, Natalia Soares de Sá. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humana e da Informação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2011.

FERREIRA, Cristiane. Nas tramas do cotidiano: experiências de jovens e mulheres trabalhadoras na indústria têxtil de Blumenau (1958-1968). In: **Estudos Históricos**, volume 29, número 59, set.-dez. de 2016, p. 734.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres** – Organização social e a Legislação Trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (SP), 2016.

HORNES, Luciana Gerundo. Rheingantz: no passado símbolo de progresso, hoje esquecimento – um projeto pautado na educação histórica. **Revista Latino Americana de História**, vol. 2, n. 6, p. 507-519, 2013.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço**: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

KEHL, MARIA RITA. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)**. Porto Alegre, tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol. 2.

_____. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora e gráfica universitária – UFPel, 2001.

MATOSO, Caroline Duarte. **As trabalhadoras: A Fábrica Rheingantz e a mulher na formação da classe operária de Rio Grande (1950-1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2017.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz, uma vila operária em Rio Grande – RS**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, São Paulo, 2003.

PIMENTA, Margareth Afeche; MARTINS, Solismar Fraga. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: o caso do município do rio grande (1874-1970). **Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, v. 6, p. 85-100.

REZENDE, Vinicius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)**. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (SP), 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON. E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.